

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Bloco de Esquerda tomou conhecimento que, devido aos interesses da agricultura monocultural intensiva, estão a ocorrer várias destruições de património arqueológico no concelho de Évora, de que é exemplo a remoção Anta da Herdade do Vale da Moura, que integrava um conjunto de cinco antas existentes na propriedade.

Ao que tudo indica, a destruição ocorreu em total desrespeito e incumprimento dos pareceres emitidos em março e em maio pela Direção Regional de Cultura do Alentejo e violando as medidas de salvaguarda do património arqueológico para dar lugar ao plantio de amendoal intensivo.

No local, os técnicos da Direção Geral de Cultura do Alentejo constaram o grave nível de destruição da anta, da área em seu redor e do subsolo.

Nessa sequência, a empresa M. Amêndoas foi alvo de uma queixa-crime pela Direção Regional de Cultura do Alentejo, uma vez que não teve em conta a informação veiculada pela mesma entidade, dando conta de que o sítio arqueológico se encontra referenciado no Plano Diretor Municipal de Évora, na categoria A1, e prevenindo para que “qualquer tipo de obras ou de intervenções no subsolo em áreas que possam afetar ou colidir com sítios ou estruturas arqueológicas são precedidas de avaliação prévia de eventuais impactos sobre vestígios de natureza arqueológica inventariados”.

Dada a frequência de destruições irreversíveis do legado megalítico do Alentejo, que vale, antes do mais pelo seu conjunto, o Bloco de Esquerda tem acompanhado esta e outras situações e pretende ver elucidadas as razões pelas quais estas destruições ocorrem, apesar dos avisos oficiais e em violação dos procedimentos legais de salvaguarda do património.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes perguntas:

- 1.O Ministério da Cultura tem conhecimento da destruição sistemática do património megalítico no Alentejo?
- 2.O Ministério da Cultura tem também conhecimento de que, devido à agricultura intensiva em regime monocultural, os abundantes vestígios arqueológicos da região alentejana estão sob ameaça ou foram já destruídos?
- 3.Que mecanismos vai acionar o Ministério da Cultura para reverter a situação?
- 4.Que recursos financeiros, humanos e materiais tenciona o Ministério da Cultura alocar para impedir a destruição sistemática do património arqueológico no Alentejo?
- 5.Que medidas concretas e ágeis pretende o Ministério da Cultura implementar para garantir a salvaguarda do património arqueológico no território nacional?

Palácio de São Bento, 16 de outubro de 2020

Deputado(a)s

ALEXANDRA VIEIRA(BE)

BEATRIZ GOMES DIAS(BE)

JORGE COSTA(BE)

RICARDO VICENTE(BE)